

## Só os políticos impedem que a crise acabe amanhã

Se não fosse pelas decisões insensatas da Assembléia Nacional Constituinte que criam novos e sérios obstáculos ao êxito da política de Mailson da Nóbrega para reduzir o descalabro financeiro do setor público, como primeira condição para que a inflação, que já é quase hiper, comece a ser controlada, haveria motivos concretos para otimismo. São muitos os sinais de que as perspectivas da economia brasileira estão mudando para melhor.

Entre esses sinais destacam-se a extraordinária vitalidade do setor privado, que representa um patrimônio inestimável para a próxima etapa de desenvolvimento do País, a mudança da nossa imagem externa, graças ao fim da moratória peemedebista, e o excelente desempenho do setor agrícola neste ano, particularmente em virtude da excepcional elevação das cotações da soja e de outras commodities provocada pela seca nas regiões produtoras dos Estados Unidos.

O animador desempenho do setor privado é confirmado por estudo feito pelo economista Domingos Rodrigues, consultor do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), com base nos dados dos balanços das 230 maiores empresas privadas brasileiras. Segundo esse estudo, a margem líquida de lucro dessas empresas é, em média, muito superior à das empresas dos países desenvolvidos. No ano passado, por exemplo, as 500 maiores empresas dos EUA tiveram uma margem média de lucro de 4,6%, ao passo que a média das empresas brasileiras foi de 10%, isto é, o dobro. E isso aconteceu num período em que o comportamento da economia brasileira, em geral, foi apenas regular.

O consultor do Inpi verificou que durante toda esta década as empresas privadas nacionais adotaram uma política gerencial totalmente diferente da aplicada pelas empresas estatais. Enquanto as primeiras reduziram seu endividamento e procuraram se capitalizar, as segundas seguiram caminho oposto. O endividamento das empresas privadas, que em 1976 era de 55%, medido em termos de exigível total sobre ativo total, caiu para 36,7% em 1986. Isso quer dizer que a maior parte do seu ativo foi financiada com recursos próprios. Se essa política de ajustamento não tivesse sido seguida pelas empresas privadas, diz Rodrigues, teria havido uma onda de falências e concordatas.

Hoje as empresas privadas são o principal instrumento de modernização tecnológica do País e desde 1987, de acordo com o consultor do Inpi, já é possível perceber um início de recuperação dos investimentos que têm sido em boa parte autofinanciados. Ou seja, o País pode contar com esse patrimônio representado pelos recursos e pela capacidade gerencial do setor privado para sair da crise produzida pelos aprendizes de feiticeiro da economia alojados no PMDB.

A normalização das relações do Brasil com a comunidade financeira internacional é outro fator extremamente importante para a recuperação econômica. O País havia perdido completamente a credibilidade não só entre os credores, mas também entre os investidores privados potenciais. Nossa imagem externa era a pior possível até o dia em que o ministro Mailson da Nóbrega conseguiu provar aos banqueiros e aos governos dos nossos maiores parceiros comerciais que não pretendia manter a estratégia do calote arquitetada nos dias da ditadura econômica do partido do sr. Ulysses Guimarães.

O resultado dessa nova atitude realista do governo brasileiro é o acordo que acaba de ser firmado com os bancos credores para o reescalonamento da maior parte da nossa dívida externa em condições bastante favoráveis. Como já tivemos oportunidade de assinalar, esse acordo não deve ser julgado pelo baixo spread obtido ou por qualquer outra de suas características, pois a sua importância decorre do fato de ele representar o reingresso do Brasil no sistema financeiro internacional e das muitas portas que ele vai abrir para a nossa economia. Prova disso é o aval dado pelo presidente do Banco Mundial, Barber Conable, ao programa de ajustamento brasileiro.

Numa carta de quatro páginas, o presidente do Bird, com a elevada responsabilidade do cargo que ocupa, aprova o pacote que o governo brasileiro negociou com os bancos credores, promete novos financiamentos ao País (superiores aos 1,35 bilhão de dólares concedidos no ano fiscal encerrado em 30 de junho) e pede aos nossos credores que confiem no Brasil. Como única condição para esse apoio, o presidente do Bird espera que o País aplique as medidas necessárias para a modernização da economia, reduza o papel do Estado e prossiga na abertura comercial para o Exterior.

O acordo com os bancos e esta inequívoca manifestação de confiança do presidente do Banco Mundial, além do pagamento de aproximadamente 1 bilhão de dólares, referentes ao juro de abril, contribuíram para que o ministro Mailson da Nóbrega fosse recebido em clima de festa pelos dirigentes dos maiores credores do Brasil na costa Oeste norte-americana, onde fez uma breve escala antes de seguir para o Japão. Essa recepção, não temos a menor dúvida, marca o início de uma nova fase do relacionamento do País com os credores externos, que deverá levar à renegociação por dez anos da dívida com os bancos oficiais dos países do Clube de Paris e ao restabelecimento dos financiamentos dessas instituições aos projetos de desenvolvimento brasileiros.

No Japão, além de "vender" o acordo firmado com os bancos privados, o ministro Mailson da Nóbrega negociará com banqueiros japoneses um empréstimo de 5,5 bilhões de dólares para vinte projetos brasileiros em setores de infra-estrutura. Dadas as dificuldades que certamente encontrará, porque os japoneses vêm acompanhando com grande apreensão o comportamento dos nossos constituintes, o ministro preferiu dizer que essa viagem é "mais política" — uma oportunidade para contatos pessoais com várias autoridades japonesas.

Em virtude desse novo clima que o ministro da Fazenda está encontrando no Exterior, das previsões otimistas sobre o comportamento do setor agrícola e do início de retomada dos investimentos privados, não temos dúvida de que já neste segundo semestre começariam a surgir os primeiros resultados, em termos de melhor desempenho industrial, da estratégia do ministro da Fazenda, se não tivesse surgido esse sério contratempo representado pelas últimas decisões insensatas da Assembléia Constituinte.

Se for possível remover os obstáculos criados pelos políticos mais oportunistas ou motivados pela cegueira nacionalista, não há dúvida de que o Brasil retomará em curto espaço de tempo o caminho do desenvolvimento econômico.